

# Os Marítimos de Monte Gordo e o Veraneio na passagem do século XIX para o século XX: Estratégias de Sobrevivência

Sofia Costa Macedo  
Campo Arqueológico de Mértola, Portugal

Cristina Teté Garcia  
Universidad de Huelva. Campo Arqueológico de Mértola, Portugal

## Resumo

O presente artigo resulta de um estudo mais alargado que teve como objetivo inicial a identificação dos momentos de evolução histórica do aglomerado de Monte Gordo. A alteração da função deste aglomerado parece ser uma evidência sobretudo a partir dos inícios do século XX, consolidando-se definitivamente na década de 60. De aglomerado vocacionado para uma exploração dos recursos marítimos, sobretudo a pesca, Monte Gordo posicionou-se enquanto estância balnear e nessa condição confirmou a sua identidade, aquela que permanece atualmente. Esta alteração não se produziu sem que se tivessem acontecido modificações na sua estrutura urbana, urbanística e social, destacando-se a substituição da centralidade da população marítima original, afastada para a periferia por novos ocupantes que tomaram o seu lugar.

Palavras-chave:

Monte Gordo; Marítimos; Vilegiatura; Urbanismo; Sobrevivência.

## Introdução

A vila de Monte Gordo, situa-se no Algarve Oriental, concelho de Vila Real de Santo António, distrito de Faro. A localidade está implantada na orla litoral, próximo do estuário do Rio Guadiana, confinando com duas áreas naturais protegidas: o Sapal de Castro Marim e a Ria Formosa.

Monte Gordo tem constituído um objeto de estudo para vários autores como Hugo Cavaco, que tem investigado o nascimento desta localidade e as várias relações que estabeleceu com a envolvente. No século XIX Lacerda Lobo dedicou-se à análise da estrutura económica das pescas algarvias e recolha de espécies e artes de pesca. Os trabalhos de Carminda Cavaco na década de 70 do século XX incidiram ainda sobre a sua transformação em vila turística e as consequentes alterações na estrutura urbana.

A necessidade de sintetizar a evolução desta vila piscatória e perceber as alterações de uso constituiu um dos objetivos do Projeto “Arquitecturas do Mar” (PTDC/AUR-AQI/113587/2009). Verificou-se, deste modo, a alteração da função do aglomerado no século XX, entre 1920 e 1930, alteração consolidada na década de 1960. De facto, iniciando-se como aglomerado piscatório, Monte Gordo afirmou-se enquanto estância balnear e nessa condição confirmou a sua identidade, aquela que permanece atualmente. Esta alteração produziu modificações na sua estrutura urbana e social.

Perceber as raízes históricas desta comunidade, outrora de marítimos, a formação do aglomerado, as relações que se foram estabelecendo entre os produtos do mar e os seus beneficiários, o início da atividade balnear e as alterações urbanas que o aglomerado foi sofrendo em virtude da assunção de novas vocações, foi o ângulo essencial da investigação realizada.

As Atas da Câmara de Vila Real de Santo António, que neste trabalho foram apenas exploradas superficialmente, contêm informação relevante para o pleno entendimento dos processos de modificação que ocorreram em Monte Gordo. Serão seguramente objeto de um estudo mais aprofundado orientado para a procura de respostas às questões que este trabalho procura levantar.



Fig. 1 - Localização de Monte Gordo no sotavento algarvio (Carta Militar de Portugal, nº 600, I.G.E., 1976).

## Ocupa-se o Areal

A ocupação sazonal do areal de Monte Gordo por pescadores e armadores é referenciada desde a época medieval. No século XIV, a Ordem de Cristo, sediada em Castro Marim (1319-1357), auferia a *dízima velha*, ou seja, a renda das xávegas e pescarias de toda a costa de Monte Gordo (SILVA e PIMENTA, 1992, p. 62-97). As atividades desenvolvidas naquele areal eram fonte importante de rendimentos para os poderes local e central, o que explica a manutenção da dizima velha até ao século XVI, conforme informava o comendador de Castro Marim, “(...) onde se chama Monte Gordo, há uma pescaria que rende cento e cinquenta e às vezes duas dobras (...)” (CAVACO, 2007, p. 97). A dizima nova, instituída com D. João I, pertencia ao monarca (CAVACO, 2000, p.73), e em 1433 foi concedida por D. Duarte a D. Henrique: “(...) querendo fazer graça e mercê ao Infante Dom Henrique, meu irmão, temos por bem e damos-lhe (...) a *dízima nova de todo o pescado que pescarem quaisquer pessoas no mar de Monte Gordo (...)*” (DINIS, 1953, p.46-47).

Enquanto os vastos campos de figueirais a montante da praia eram explorados pelos habitantes locais (SILVA e PIMENTA, 1992, p. 88), a pesca era feita por pescadores oriundos maioritariamente da Andaluzia, que ali se instalavam durante quatro ou cinco meses (CAVACO, 2007, p. 97). Nas cortes de 1439 o concelho de Castro Marim queixou-se dos “(...) trabalhos que, em cada ano, temos com os Castelhanos, em julgar as lançadas com eles, por lhes defender que não venham pescar em vossa terra, segundo por vós é ordenado e mandado (...)” (DINIS, 1953, p. 55).

A vila de Arenilha criada em 1513 (CAVACO, 2007, p. 15), tinha uma função de vigilância às embarcações suspeitas de transporte clandestino de mercadorias e às embarcações piratas para além de promover uma otimização do rendimento das pescarias em Monte Gordo, termo da nova vila por subtração a Castro Marim. Embora Arenilha não tenha conseguido afirmar-se e, desprovida de serviço alfandegário (continuando os barcos a fazer os registos em Tavira e Castro Marim), Monte Gordo apresenta um grande dinamismo económico: “ (...) há continuamente muitos pescadores com suas cabanas, onde chamam Monte Gordo, e se toma nela muito pescado”, no entanto “ (...) *quási todo ele se come em Castela por estar vizinha e nela sempre valer mais.* (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983, p. 54).

O período de declínio da atividade, no século XVII, está ligado com as políticas de pescas: em 1620, a promulgação de um regimento obrigava ao encaminhamento da sardinha pescada entre Monte Gordo e Cacela para a lota de Tavira onde devia prestar contas à fazenda régia. O objetivo era arrecadar para o erário régio elevadas receitas sobre a atividade piscatória no Algarve. A situação, considerada como exploratória, incitou os marítimos a procurar alternativas para o seu negócio, que passou a ser feito “(...) *de barco para barco a cautelosa distância da costa fugindo às unhas reais*” (MAGALHÃES, 1993, p. 206). Assim verificou-se algum abandono da pesca, embora a atividade não tenha desaparecido, mantendo-se num *fácies* fora do enquadramento legal da altura.

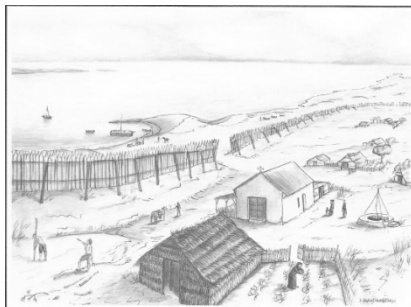


Fig. 2 - Reconstituição de Santo António de Arenilha feita por Luis Mansinho Afonso (Cavaco, 1997). É visível a cerca de madeira, edificada por António Leite e outros homens da vila, para proteção dos assaltos mouros (Mendes, 2010, p. 51).

## Crescimento e ruptura: Empresa Marítima no século XVIII e a criação de Vila Real de Santo António

O recrudescimento da pesca na praia de Monte Gordo aconteceu no século XVIII, tendo a sardinha como principal produto. Por volta de 1725, estabeleceram-se colónias de marítimos, sobretudo levantinos e catalães, que vieram para Portugal na sequência das proibições da utilização das *artes de Bous*.<sup>1</sup> A comunidade instalada no areal promoveu a generalização da arte da xávega e a organização do comércio da sardinha: em 1759, das 60 barcas que operavam na costa de Monte Gordo, cerca de 50 eram de armadores andaluzes e catalães e em 1770, das 100 embarcações existentes, 85 eram espanholas. A sua fixação devia-se à abundância de e à proximidade da praia com a Andaluzia, região preferencial para a atividade comercial. Além do mais era grande a facilidade em iludir a fiscalização<sup>2</sup> e escapar ao controlo e pagamento tributário.

O sucesso das pescarias e os respetivos proveitos económicos atraíram mais gente a Monte Gordo. Construíram cabanas, abrigadas pelas dunas dispersas ou justapostas em grosseiros alinhamentos: “(...) *as diferentes ruas de cabanas ocupavam mais de uma légua de distancia, desde a Barra até perto do sitio aonde foi a antiga Villa de Cacela*” (CAVACO, 2007, p. 154). Tinham como função principal o armazenamento, a recolha das redes e dos materiais necessários à pesca, bem como a salga e o empilhamento de peixe. E serviam ainda como habitação. Na época da safra o seu número crescia. Em 1754, Monte Gordo era assim descrita pelo Governador e Capitão-general do Reino do Algarve, Rodrigo

---

1 “(...) *Es una red, que pendiente de dos Cuerdas, cuyos extremos están firmes en la borda de dos Barquillos, la profundizan hasta llegar al fondo, y navegando com el impulso del viento, la arrastran hasta cierta determinada distancia. (...)*” (MENDES, s.d, p. 55).

2 A força militar que supervisionava a transação de pescado na praia (lota) vinha destacada de Castro Marim, sendo uma deslocação morosa, uma vez que tinham que vir de barco através do esteiro da Carrasqueira e do rio. Tal potenciava um fraco patrulhamento da região, a que a inexistência de uma estrutura fortificada (só veio a ser edificada nos meados do século XVIII) ajudava.

Antônio de Noronha, “ (...) há junto a esta praça, [Castro Marim] distante uma legoa pela costa que corre de Poente a Levante, uma praia a que chamam Monte-Gordo, parte onde habita muita gente de diferentes nações à pescaria da sardinha” (CAVACO, 2007, p. 144).

Em 1758, existiam 123 vizinhos registados em Monte Gordo, mas já eram contabilizados como moradores 291 pessoas maiores e 35 menores. Na altura da safra, entre Agosto e Dezembro, este número aumentava consideravelmente, chegando a contar-se 5000 homens e cerca de 1000 cabanas na praia. Tomando como princípio que a família completa vivia no areal durante aquele período, o número de residentes aumentava consideravelmente. A população era composta, para além dos pescadores, por armadores, tanceiros, salgadores, que se constituíam numa verdadeira “empresa” marítima, controlados pela “cabana da Alfândega” e lota (CAVACO, 2007, p. 107-108).

Esta abundância e prosperidade levaram à construção de algumas casas de pedra e cal e telhado de colmo ou junco. O desenho datado de 1773 (Fig. 3) indica que algumas cabanas tinham já cobertura de telha e perfilavam-se três alinhamentos, a Rua da Carrasqueira, Rua da Igreja e a “Frente da Porta do Mar”. Neste desenho está já patente a igreja, de orago de Nossa Senhora das Dores. Os marítimos organizaram-se em confraria e obtiveram autorização para realizar uma feira anual, estabelecida por provisão régia de 1760 (CORREIA, 1997, p. 88), a quem chamavam Feira da Praia.



Fig. 3 - Desenho com representação de Monte Gordo em 1773 (CORREIA, 1997).

A comunidade numerosa e abastada sofreu um revés com a criação, em 1774, de Vila Real de Santo António. A sua criação oficial materializava a política de centralização pombalina das atividades marítimas. Foi construído o edifício da Alfândega (retirando a Castro Marim essa competência). A lota de peixe de Monte Gordo foi igualmente deslocada para anova vila, assim como o Juiz de Fora (que residia em Castro Marim) e a Feira da Praia. A restrição das medidas impostas, como por exemplo, a proibição da saída de Portugal da sardinha em fresco (Correia, 1997, p. 88), incentivou os empresários marítimos a abandonar Monte Gordo e a fixarem-se em Isla Canela, Higerita ou Ayamonte, levando consigo muitos marítimos portugueses. Das 100 xávegas em atividade em 1770/1774, somente 9 estavam ativas em 1790. Dos cerca de 2500 pescadores existentes,

restavam cerca de 360 após a fundação de Vila Real de Santo António (LOBO, 1791). O resultado foi uma diminuição do número de artes de pesca na praia e o despovoamento do areal a partir de 1770.

Foram ainda dadas claras instruções para a “*transferência imediata da povoação de Monte Gordo para a Vila de Santo António de Arenilha*”, garantindo aos marítimos o direito a instalar ali temporariamente as suas cabanas, enquanto não se concluía a construção das novas casas de pedra e cal. (CORREIA, 1997, p. 97-98). As cabanas da praia de Monte Gordo foram incendiadas e a povoação reduzida a cinzas (CAVACO, 2007, p. 156). Apenas permaneceram na praia algumas construções de pedra e cal que albergavam a tropa de cavalaria responsável pelo seu patrulhamento.

Apesar de se terem retomado, quase de imediato, as construções no areal de Monte Gordo, estas ficaram sempre associadas a população de fracas condições económicas, sem possibilidade de deter os meios da empresa marítima.

## **O Ressurgimento de Monte Gordo e o veraneio**

No início do século XIX viviam em Monte Gordo duas a três dezenas de famílias. Em 1840 contavam-se 64 cabanas e 4 casas e em 1865 estavam registados 182 marítimos de Monte Gordo na Capitania de Vila Real de Santo António. O Inquérito Industrial de 1890 identificou 46 casas de paredes de adobe e cobertura de telhas e 113 cabanas. Por esta altura, já são concedidas licenças camarárias para a construção de cabanas nos terrenos baldios do concelho (CAVACO, 1974b, p. 267), sendo um aglomerado marítimo com alguma estabilidade residencial no final do século.

Estas cabanas e casas organizavam-se a sul e a nascente da igreja, alinhadas com o cordão dunar, que as protegia dos ventos marítimos (sobretudo de sueste e oeste). Quase todas eram viradas para o mar, com um quintal no lado norte, onde se podia cultivar uma pequena horta (CAVACO, 1974b, p. 268). A maior dificuldade dos habitantes consistia em evitar que as casas fossem soterradas pelas areias.

Entretanto, a plantação do pinhal (pinheiro bravo) permitiu uma protecção extra contra os ventos norte (OLIVEIRA, 1999).

Monte Gordo beneficiou com o surto da indústria conserveira em Vila Real de Santo António, instalada a partir do último quartel do século XIX. As fábricas possibilitaram um incremento económico na região (conserveiras e indústrias subsidiárias como a litografia ou latoarias) e empregaram uma grande parte da população marítima de Monte Gordo, sobretudo as mulheres, relembrado no topónimo, Rua das Operárias Conserveiras. A laboração nestas fábricas, das mulheres e crianças, complementava o rendimento familiar, redefinindo a estrutura doméstica de Monte Gordo nos finais do século XIX e inícios do século XX.

Ainda em 1866 foram levantadas as primeiras barracas de praia em frente à povoação, mandadas retirar pela Capitania porque prejudicavam a navegabilidade

(CAVACO, 1974a, p. 92). Em 1899 foi dada a primeira licença de armar barraca de banhos. Estes primitivos veraneantes eram locais de Castro Marim, Tavira e Vila Real.

O veraneio balnear foi ainda impulsionado pela criação de novas acessibilidades: a abertura em 1892 do ramal que liga à estrada Tavira - Vila Real de Santo António (atual Rua Pedro Álvares Cabral), que se constituiu como a artéria principal da vila. E a inauguração, em 1902, da linha de caminho-de-ferro. No início, estas mudanças foram subtis porque os veraneantes alugavam as casas dos marítimos sem interferir no espaço construído. Posteriormente, passaram a edificar residências, primeiro na frente marítima e depois na rua principal. Intensificou-se a construção e ocupação do espaço, inaugurando em Monte Gordo uma nova época que alterou a sua fisionomia e função.



Fig. 4 - Casa de colmo situada na zona do Sertão em Monte Gordo fotografada cerca de 1960 (Coleção de postais da C.M.V.R.S.A. (Arquitetura Popular em Portugal, 1988, p. 189).

## **Crescimento e Estrutura Urbana**

A procura das casas pelos banhistas e a percepção, por parte dos habitantes, da possibilidade da rentabilidade económica do negócio estimulou a saída dos marítimos das suas casas de origem. Estas foram alugadas ou vendidas aos veraneantes e construídas novas cabanas em zonas periféricas de Monte Gordo, nascendo assim o Sertão a oeste da aldeia, junto do pinhal, protegido pelo cordão dunar.

O crescimento do veraneio obrigou à resolução de alguns problemas. Assim a acumulação de areias foi mitigada com a construção da estrada/barreira sobre o sistema dunar no sentido poente-nascente, surgindo a “avenida marginal” e foram aplicadas algumas soluções arquitetónicas nas casas particulares como a construção de largos terraços nas casas da avenida marginal, fechados com muros (adobe ou pedra e cal) e a implantação dos pavimentos em cota inferior ao poial.

A autarquia promoveu melhoramentos urbanos e entretenimento para os veraneantes. Assim, surgiu a iluminação pública e foi construída a atual Praça Luis de Camões em 1907. Foi aberta a avenida Vasco da Gama, no prolongamento da

estrada principal. A reconversão da escola primária em casino durante o período estival foi uma das iniciativas autárquicas que também mereceu aplauso (CAVACO, 1974b, p. 271-272), argumentando a sua importância para o desenvolvimento de Monte Gordo enquanto zona de banhos uma vez que servia o propósito do lazer e do ócio, apanágio dos banhistas (BRIZ, 2007, p. 254-267). As cabanas foram demolidas uma vez que se encontravam-se em locais preferenciais de ocupação para os banhistas, depois da saturação da frente marítima. Também o comércio encontrou aqui um espaço priviligiado para o seu estabelecimento.

No princípio do século XX o aglomerado dilatou-se entre o Largo da Igreja e a estrada principal, termo da povoação. Aqui existiam vários alinhamentos de casas, em que as construções de pedra e cal se misturavam com as cabanas de junco. Esboçavam-se quatro ruas grosseiramente paralelas, estreitas e alongadas com a direcção nascente-poente. Em 1923 os terrenos municipais estavam vendidos e a zona de construção urbana estava esgotada (CAVACO, 1974b, p. 272), frente marítima e estrada principal.

Em redor de Monte Gordo, a Mata Nacional selava a expansão urbana do aglomerado. O pinhal plantado sobre dunas estabilizadas tinha com o objetivo a protecção dos habitantes e das produções agrícolas. Plantado entre 1887 e 1919 era uma zona da jurisdição dos Serviços Florestais, o que gerou vários pedidos por parte da autarquia para a cedência de terrenos. Da sua área de 555,6 hectares em 1896 foram cedidas várias parcelas de terreno para os mais variados fins: edificação de cabanas, entre 1886 e 1890; construção da estrada municipal; e a instação do Parque de Campismo.

A crise de 1929 despoletou dificuldades na população de marítimos residente causadas pelo desemprego provocado pela crise (escassez) da pesca, redução das frotas pesqueiras e retração da indústria conserveira (com a redução da mão de obra operária). Muitas famílias de marítimos encontraram na venda das suas casas uma solução para a resolução das suas dificuldades, tanto mais que tinham compradores interessados. Como virá a ser dito em 1949, no âmbito do Inquérito do Antepiano de Urbanização de Monte Gordo, depois da pesca, *“como segunda fonte de vida desta população podemos considerar a indústria do turismo, locação e sublocação de quartos e habitações, prestação de serviços domésticos e outros modos de vida dependentes do veraneio”* (BRITO, 2009, p. 64).

Paralelamente, avançaram campanhas de obras públicas como a ampliação do sistema de iluminação, instalação da rede de esgotos, calcetamento de ruas, que culminaram com a construção do casino Oceano em 1934, da autoria do arquitecto Luis Cristino da Silva, justificadas como “medidas de combate ao desemprego dos marítimos”. A construção de residências de férias continuou igualmente a aumentar.

A partir da década de 1930 o eixo estruturante do aglomerado passou a ser definido pela estrada que ligava o casino à antiga estrada real de Tavira – Vila Real de Santo António. A igreja, anterior elemento agregador de Monte Gordo foi absorvida na proliferação de ruas.

No seguimento desta nova orientação urbana, a estrutura social de Monte Gordo alterou igualmente a sua espacialidade. Os marítimos deslocaram-se para o Sertão, que se manteve desorganizado e sem infraestruturas urbanas, com as casas e cabanas no meio do areal e limitado pela Mata Nacional. Em 1949, o Consultório Artístico denuncia a existência em Monte Gordo de cerca de 60 “palheiros, cabanas, palhoças; casitas muito primitivas, cobertas de cana ou palha e assentes na areia”, nas quais “faltam os mais primitivos utensílios domésticos e mobiliário e em muitos casos os seus habitantes carecem de peças de roupa e vestimento”, em resumo, “um nível social e higiénico muito primitivo” (BRITO, 2009, p. 57). Paralelamente na zona nascente surgiram quarteirões alongados entre as ruas paralelas Pedro Álvares Cabral e Tristão Vaz Teixeira, divididos em parcelas maiores e mais regulares, com passeios e ruas largas, destinados aos veraneantes.



Fig. 5 - Imagem aérea de Monte Gordo tirada na década de 1930. [Em linha]. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=452112> (Acesso: Outubro de 2012).

O fomento ao turismo conheceu um novo impulso em 1940, no seguimento da legislação de 1934 que determinava como planos de urbanização prioritários, o ordenamento de termas e praias. Assim, a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos do Ministério das Obras Públicas, solicitou a Luis Cristino da Silva a apresentação de uma proposta para a realização de um projecto de arranjo da marginal da praia de Monte Gordo. Convite aceite, no ano de 1941 foi celebrado contrato, entregue o anteprojecto e apresentado o projeto final em 30 de Dezembro. O projeto definitivo compreendia, nas palavras do arquiteto, “ (...) *uma série de elementos absolutamente adequados ao fim em vista, isto é, formando um enquadramento apropriado ao futuro desenvolvimento da vasta e pitoresca praia de Monte-Gordo e do seu Casino* (SILVA, 1941), reafirmando-se o Casino Oceano como o elemento orquestrador de toda a composição.

Em 1948, o casino já era “insuficiente” para acolher os veraneantes e Cristino da Silva foi novamente contactado para projectar a sua ampliação.<sup>3</sup> Esse contacto volta a ser retomado em 1955, mas não foi possível chegar a acordo sobre o valor

---

<sup>3</sup> Fundação Calouste Gulbenkian, Espólio de Cristino da Silva, 1921-1976. Carta da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António dirigida a Cristino da Silva em 18 de Fevereiro de 1948.

do projeto, pelo que o arquiteto recusou a proposta e recomendou um antigo aluno, Alberto Centeno.

Nesta época, a área urbana de Monte Gordo encontrava-se novamente com lotação completa. Em 1949 existiam três tipos de alojamento: moradias com o máximo de dois pisos (cerca de 30), habitadas apenas durante o Verão e que não pertencem à população permanente; “Casinhas do Algarve” (cerca de 200) raramente com mais de 100 m<sup>2</sup> e rés-do-chão”, no centro da aglomeração existente, onde “vivem principalmente os «pequenos burgueses» trabalhadores [das fábricas de Vila Real] e os pequenos industriais [o artesanato]”; “casas de adobe” (cerca de 100) e “cabanas de colmo” (60) (BRITO, 2009, p. 64). Limitada a sul pelo oceano e rodeada pela Mata Nacional, procuraram-se soluções que respondessem à crescente pressão urbanística. O único acesso à povoação, a Rua Pedro Álvares Cabral, foi complementada com a abertura da Estrada da Mata, via longitudinal que ligava Monte Gordo a Vila Real, atravessando o pinhal.

Ocorreram várias tentativas de alargamento da área construída. Em 1955 a Câmara Municipal elaborou um novo Antepiano da autoria do arquitecto Paulo Cunha<sup>4</sup>, justificando que constituia “*sem dúvida a de maior valia para esta Estância Balnear e presentemente o fulcro de todo o seu desenvolvimento*”. Foram previstos “blocos de casas geminadas” e a Zona Residencial de Moradias oferecia “*lotes devidamente calculados segundo as condições do meio e num aproveitamento parcial da Mata Nacional*” (BRITO, 2009, p. 64-65).



Fig. 6 - Monte Gordo nos anos 60. Já se vê o Hotel Vasco da Gama [Em linha]. Disponível em [http://blog.turismodoalgarve.pt/2011\\_11\\_01\\_archive.html](http://blog.turismodoalgarve.pt/2011_11_01_archive.html) (Acesso: Outubro de 2012).

A aprovação deste Antepiano originou um novo surto de construções, que levou à sua revisão em 1961, após a abertura do Hotel Vasco da Gama. A Câmara Municipal colocou “*em hasta pública algumas parcelas de terreno nas diversas modalidades de construção que possam servir as necessidades da habitação*”.

---

<sup>4</sup> Já conhecido como especialista em urbanismo de centros urbanos com frentes de água, Paulo Cunha, a convite da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (criada em 1944), foi convidado para orientar os planos urbanísticos de localidades ribeirinhas como Barreiro (1957), Alcochete e Moita (ambos em 1949), Montijo (1950), Arrentela e Seixal (ambos em 1952), seguindo-se-lhes Albufeira, Praia da Rocha, Monte Gordo e Termas do Luso (FARIA, 2010, p.89 e 90).

Esta alienação deveria ser “*apoiada em plano de urbanização, ainda que parcialmente organizado, tendo por base o conjunto do novo Hotel e do parque fronteiro*” (BRITO, 2009: 65). Os terrenos disponíveis conheceram uma nova valorização, tal como nos é demonstrado pelo quadro abaixo, que sintetiza a informação recolhida por Carminda Cavaco (1974):

	1916	Anos 30	1933	Anos 40	1956	1959	1960	1961	1964	1967
Zona nascente		1\$50 / 2\$00	4\$00	4\$00 / 6\$00		40\$00 / 55\$00	115\$00 / 120\$00	150\$00 / 200\$00		
Zona do Matadouro							30\$00			
Sertão					5\$00 / 10\$00	20\$00 / 40\$00				
Limite poente da frente	8 centavos		4\$00						1700\$00	
Canto nordeste										1170\$00, 1340\$00, 2450\$00
Zona antiga			1\$00							

Fig. 7 - Evolução dos preços por m2 em Monte Gordo (Fonte: CAVACO, 1974b).

De acordo com esta investigadora apesar de haver um interesse pelas famílias de marítimos na aquisição de novas parcelas, sobretudo as que se localizavam junto à igreja, a maioria dos compradores era originário de Lisboa e Alentejo.

Assim que ficou esgotada a capacidade para construção de vivendas começaram novamente os problemas de falta de espaço. A solução foi o crescimento em altura, verificando-se a construção de prédios que chegaram a atingir os 6 andares em 1967. De tal forma, que em 1969, no Antepiano do Sector 11, Monte Gordo, era assinalado “*pela heterogeneidade de volumes e de estilos das suas construções (...) desde a modesta casa térrea ao hotel de 10 pisos*” (BRITO, 2009, p.154).

No Sertão multiplicavam-se as construções clandestinas de adobe e de barracas por iniciativa da população marítima. Em 1956 surgiu o primeiro arruamento, a rua das Cabanas. Em 1963 as casas encostavam umas às outras e tinham uma superfície média de 80m<sup>2</sup> (CAVACO, 1974b, p. 275). A distância em relação ao núcleo central de Monte Gordo aumentava e em 1950 os representantes da comunidade do Sertão pediram à Câmara Municipal a construção de “*um poço no bairro das cabanas*”, a fim de terem acesso à água potável, em virtude de um outro denominado por “*bica*” se encontrar a grande distância (CMVRS, 20.10.1950, p. 57 v<sup>o</sup>).

A população marítima já se encontrava longe do seu lugar primário de ocupação. De facto era uma população que se isolava quer da comunidade de veraneantes, quer dos restantes habitantes de Monte Gordo, que ocupavam então o centro, sobretudo comerciantes e serviços. Não frequentavam sequer a mesma praia dos banhistas, ficando confinados à zona das barcas. A sua sobrevivência manifestou-

se numa forma própria de trajar, falar e de viver a religiosidade, valendo à população de Monte Gordo o nome de “*cuíco*”.

Esta história não tem um final feliz para um conjunto de famílias, uma comunidade, com uma ligação histórica ao lugar, e, mais importante, com um papel fundamental na cadeia alimentar do seu território. Este relato é um exemplo de um processo com características desviantes, em que as normas reguladoras do uso equilibrado dos territórios são manipuladas por alguns, em desfavor da harmonia social e equidade na utilização dos recursos da terra e do mar.

*“Adeus disse a Monte-Gordo, nada o prende ao mal passado  
Mas nada o prende ao presente se só ele é o enganado”*

(José Afonso, Os Índios da Meia-Praia, 1976)

### **Referências bibliográficas**

AMORIM, I. - *A decedência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal – entre a Ilustração e o Liberalismo*. Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos. Porto: Universidade do Porto, 2004, p. 153-164.

BRITO, S. P. - *Território e Turismo no Algarve*. Lisboa, Edições Colibri e Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo da Universidade do Algarve, 2009.

BRIZ, G. - *Vilegiatura Balnear*; Imagem ideal/Imagem real. Revista de História da Arte. 3:12, 2007, p. 254-267.

CAVACO, C. a) - *Monte Gordo. Aglomerado piscatório e de veraneio*. Finisterra.17,1974, p. 75-99.

CAVACO, C. b) - *Monte Gordo. Aglomerado piscatório e de veraneio*. Finisterra. 18, 1974, p. 245-300.

CAVACO, H. - *Revisitando Santo António de Arenilha*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1995.

CAVACO, H. - *A dinâmica portuária e aduaneira do Levante Algarvio na 2ª metade do século XVIII*. Lisboa: [s.n.]. 1996. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CAVACO, H. - *Vila Real de Santo António: reflexos do passado em retratos do presente: Contributos para o estudo da história vila-realense*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Santo António, 1997.

CAVACO, H. - *Castro Marim Quinhentista. O foral novo (de 1504) e o tombo da comenda (de 1509): subsídios para uma interpretação histórica da Vila*. Castro Marim: Câmara Municipal de Castro Marim, 2000.

CAVACO, H. - *Toponímia de Vila Real de Santo António*. Vila Real de Santo António: CMVRSa, 2001.

CAVACO, H. - *Pelas praias de Arenilha e mares de Monte Gordo*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Santo António, 2007.

CAVACO, H. - *Contributos para a construção da história local* (caderno Escolar n.º 1: Lazareto, Monte Gordo, Casino da Manta Rota, Escola de Hotelaria). Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2008.

CMVRSa, Ata da sessão de 20.10.1950, fls. 57vº.

CORREIA, J. E. H. - *Vila Real de Santo António. Urbanismo e poder na política pombalina*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1997.

DINIS, A. J. D. - *Regimento do Infante D. Henrique sobre os direitos de pesca em Castro Marim*. Separata de Colectânea de Estudos. 3: 2ª serie, Ano IV, 1953.

FARIA, C. V. De - Industrialização e Urbanização em Portugal: que relações. O caso do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957. Malha Urbana. 9, 2010, p. 79-101.

GRAÇA, L. - *Os pescadores da Meia Praia*. Correio de Lagos, Agosto de 1996.

GULBENKIAN, Fundação Calouste, Espólio de Cristino da Silva, 1921-1976. SILVA, Luis Cristino da - Memória descrita do projecto definitivo de urbanização da frente marginal da Praia de Monte-Gordo, 30 de Dezembro de 1941.

GULBENKIAN, Fundação Calouste, Espólio de Cristino da Silva, 1921-1976. Carta da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António dirigida a Cristino da Silva em 18 de Fevereiro de 1948.

IRIA, A. - *Vila Real de Santo António reedificada pelo Marquês de Pombal (1773-1776): subsídios para a sua monografia e elementos para a história da administração pombalina*. [s.l.]: Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, 1948.

IRIA, J. A. - *As Pescarias no Algarve (Subsídios para a sua História)*. Conservas de Peixe. 90 a 308: Ano VIII a Ano XXVI (Setembro, 1953 a Novembro, 1971).

LOBO, C. B. de L. - *Sobre a Decadência da Pescaria de Monte Gordo*. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa. Tomo III, 1791, p. 351-374.

LOBO, M. S. - *Duas décadas de planos de urbanização em Portugal: 1934-1954*. Lisboa, [s.n.], 1993. Dissertação apresentada à Universidade Técnica de Lisboa.

LOPES, J. B. da S. - *Corografia ou Memória Económica, Estadística, e Topográfica do Reino do Algarve*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1841.

MAGALHÃES, J. R. e GUERREIRO, M. V. - *Duas Descrições do Algarve do Século XVI: Frei João de S. José, Corografia do Reino de Algarve (1577) e Henrique*

*Fernandes Sarrão*, História do Reino do Algarve (circa 1600). Lisboa: Sá da Costa, 1983.

MAGALHÃES, J. R. - *O Algarve económico. 1600-1773*; Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MASSAY, A. - *Descrição do Reyno do Algarve*. [S.l.]:[ s.n.], 1621. Documento original existente no Museu da Cidade, Lisboa.

MENDES, A. R., coord. - *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010.

OLIVEIRA, F. X. de A. - *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1999.

RADICH, M. C. - *O Algarve Agrícola. Notícias Oitocentistas*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2007.

RODOLFO, J. de S. - *Luís Cristino da Silva e a Arquitetura Moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2002.

SÃO JOSÉ, F. J. de - *Corografia do Reino do Algarve*. In "Duas Descrições do Algarve do Século XVI". Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1983.

SILVA, I. L. e PIMENTA, M. C. - *Castro Marim: uma comenda da Ordem de Cristo*. Cadernos Históricos. nº 3, 1992, p.62-97.

VASCONCELOS, J. L. de - *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda,1983, Vol. VI.

VASCONCELLOS, S. de - *Mappa da Configuração de todas as praças, fortalezas e baterias do Reyno do Algarve*. [s.l.]:[s.n.], 1788.